

A revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa: as Famílias Ribeirinhas do Porto do Capim, Centro Histórico de João Pessoa, Brasil

Autoras:

Maria de Lourdes Soares

*Doutora, Professora Titular,
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)*

Maria José das Neves Silva

*Mestre em serviço social, professora
da Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)*

DOI: 10.58203/Licuri.21026

Como citar este capítulo:

SOARES, Maria A revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa: as Famílias Ribeirinhas do Porto do Capim, Centro Histórico de João Pessoa, Brasil. In: SOARES, Maria de Lourdes (Org.). **Teias Urbanas: Estratégias de Sobrevivência, Transformação e Inovação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 84-94.

ISBN: 978-65-85562-10-2

Resumo

As Revitalizações dos centros Históricos da cidade de João Pessoa, Projeto na área tradicional, se deparam com a Comunidade Ribeirinha, o Porto do Capim. Este trabalho trata da reconstrução do harmonioso conjunto arquitetônico e paisagístico para reaproveitamento de incomparável valor histórico, paisagístico e beleza. A reconstrução arquitetônica e paisagística expressava considerar antigos moradores, no sentido de melhorar sua condição de moradia e de vida. Através de pesquisa documental e campo, foi trabalhado o transcurso do projeto, com ações de restauração dos prédios semidestruídos através da Oficina Escola e até a profissionalização de jovens e adultos da localidade (eletricistas, bombeiros, pintores, jardineiros, etc) para geração de emprego e renda. O estranhamento dos moradores foi em relação a proposta de remoção de famílias localizadas das margens do rio, consideradas "em risco", para assentamento em "local mais adequado" e distanciado. A proposta de remoção dos moradores desconsiderou a condição de Sociedade Ribeirinha do Porto do Capim, nos aspectos culturais, econômicos, religiosos e sociais. Quando os moradores reagiram, particularmente relativo as intenções das ações de relocação e assentamento das famílias situadas nas margens do rio, considerada área de risco, para local "mais adequado" e distante, sem considerar as especificidades do papel das famílias e a sobrevivência e as relações tecidas na localidade importantes da preservação da natureza, da histórica e da cultura.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Comunidade. Restauração.

INTRODUÇÃO

No Projeto grandioso e ousado de Preservação do Patrimônio Cultural do Centro Histórico de João Pessoa, a reconstrução do harmonioso conjunto arquitetônico e paisagístico com reaproveitamento de espaços de incomparável beleza e utilidade, considerar a presença dos moradores e trabalhadores dos diversos aglomerados deste privilegiado espaço, em especial o aglomerado Porto do Capim.

O Projeto construído com participação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa iniciou em 1987, gerido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Instituto Patrimônio Histórico Artístico do Estado Paraíba (IPHAEP), além da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado da Paraíba. Com ações voltadas para o planejamento das ações de preservação e revitalização da área tradicional da cidade abrangendo uma área de 117 he, que dizia privilegiar antigos moradores preservando e valorizando as raízes culturais e o patrimônio natural da localidade, melhorando as condições de vida destes.

O projeto trabalhou na restauração e reconstrução de prédios semidestruídos e de moradias, atividades associadas as ações de inclusão, através da Oficina Escola¹, com profissionalização (eletricistas, bombeiros, pintores, jardineiros, etc), que gerasse emprego e renda para jovens e adultos. O Plano Estratégico do Projeto no Centro Histórico, com suas 26 ações, recuperou o Hotel Globo, a Igreja São Pedro Gonçalves e São Bento, as Praças Antenor Navarro, São Francisco e Dom Adalto, o Correto da Praça Venâncio Neiva, a Casa da Rodrigues de Aquino e tantos outros. Mas o Projeto além da recuperação de antigos imóveis deveria levar em consideração especialmente a recuperação do ambiente natural, histórico e cultural desse espaço. Nesse contexto a presença de aglomerados pobres, diversificados, como o do Porto do Capim, complexificou a implementação do projeto quando foi colocada a proposta de remoção das famílias. Quando provocou o estranhamento dos moradores particularmente relativo as intenções das ações de relocação e assentamento das famílias situadas nas margens do rio, considerada área de risco, para local "mais adequado" e distante, sem considerar as especificidades do papel das famílias e a sobrevivência e as relações tecidas na localidade.

¹ Criada em 1991, como Programa pioneiro no Brasil para profissionalizar jovens restauradores provenientes de famílias pobres, vem sendo referência nacional

METODOLOGIA

O agrupamento Porto do Capim da Cidade de João Pessoa

O Porto do Capim, agrupamento situada às margens do Rio Sanhauá, estuário do Rio Paraíba, local onde se originou a cidade, tem essa denominação por se situar inicialmente em local de descarrega do curso do rio, de capins e de bambus (ração) utilizados na alimentação de animais, geralmente burros de carga do quartel do exército e de tração dos bondes urbanos. E depois de mercadorias trazidas por embarcações que abasteciam a cidade.

Com a fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (em 1585) o Porto do Capim, como um pequeno ancadouro - o Vavadoiro - para pequenas embarcações, se constituía em antigo e em único porto do Estado da Paraíba. Funcionando, até o início do século XX, como entreposto da região por possibilitar a conexão com o interior e outros estados. Neste predominava o transporte por embarcação, por serem as estradas inexistentes ou precárias. Funcionava como Porto comercial e comunitários que ligavam as margens as ilhas do estuário.

Em 1914, com a interrupção das obras como Porto Internacional, por causa das polêmicas técnicas e políticas, dada sua importância no comércio, para dar maior suporte a este foram abertas ruas e construídos prédios no local. Em 1935, o porto comercial foi transferido para o município de Cabedelo devido ao assoreamento do rio Paraíba, provocado pela expansão descontrolada da atividade canavieira e pelo crescimento das cidades em suas margens.

A partir da década de 30, com a construção do Porto no município de Cabedelo e a efetivação do transporte ferroviário de João Pessoa para esta cidade, as operações comerciais e financeiras vão passando para este espaço. Enquanto que, a partir dos anos 1940, o fim das atividades portuárias e das casas comerciais e de prestação de serviços a área historicamente conhecida como “Porto do Capim” foi gradualmente perdendo importância e as instalações abandonadas foram ocupadas por famílias de trabalhadores desempregados, pescadores, marisqueiros, catadores de caranguejo e outros trabalhadores que viviam do rio e do mangue, desde que a cidade fora fundada no século XVI (herdeiros da cultura dos povos Potiguara). A partir da década de 1940, com o porto desativado, a ocupação da área foi intensificada particularmente por famílias de antigos

trabalhadores e prestadores de serviços, diretos ou indiretos, bem como por pessoas que encontraram, nesse lugar, um espaço para construírem suas moradias e sobrevivência.

Nos anos 1960/70 com a defragação da crise agrária e a expulsão dos camponeses das terras, devido à expansão canavieira e à decadência da cotonicultura no agreste/sertão da Paraíba, intensificou-se o êxodo rural para a capital e outras cidades do estado. E ao longo de mais de sete décadas, a ausência de políticas públicas e do interesse imobiliário, possibilitaram que famílias carentes ocupassem o local, particularmente os prédios públicos como espaços de moradia e de comércio.

A proximidade do centro da cidade fez com que famílias se consolidassem no local, mantendo um forte vínculo com o território e com o mangue e o rio, em cujas ilhas alguns de seus membros praticavam agricultura familiar, ao mesmo tempo em que se consolidava também seu abandono pelo poder público, pois faltam creches, políticas de assistência à saúde, moradia digna para várias famílias e serviços públicos básicos como esgotamento sanitário e coleta regular de lixo.

O aumento de famílias que se estabeleceram e sobreviviam no local foi formando aglomerados intensamente habitados, como a Vila Nassau e o Porto do Capim. Situados estes em área de preservação permanente, próximo ao Rio Sanhauá, região de Mangue, com vegetação própria deste habitat. Situados no Varadouro, no centro Histórico de João Pessoa, PB, área de 117 há, foram formados aglomerados, com galpões desativados: antigo curtume, fábrica de gelo e prédio do arquivo e do almoxarifado da secretaria da receita do Estado, próximo da estação do trem e do terminal de Integração. Além de outros prédios, com estrutura edificada depredada refletindo o uso do espaço público, onde funcionavam residências, mercearias, oficinas, madeireiras, casas de material de construção, armazéns, depósitos, oficinas, marmorarias e galpões de reciclagens de papel e papelão.

Local do Centro dotado de expressivo acervo arquitetônico, artístico, histórico, cultural e paisagístico que passa por um processo de degradação e decadência, mas garantindo vida comunitária rica e pulsante que conferia condições de vida mínima aos moradores. Constituída de aproximadamente 250 famílias, 500 pessoas, de baixa renda e 375 residências geralmente em situação precárias. De taipa, de alvenarias ou palha, conjugadas e muito pequenas, com pequenos jardins murados ou cercados de varas, as habitações ribeirinhas se defendiam dos riscos das águas improvisando aterros e instalando

quintais ou alpendres que funcionam com espaço de trabalho, de lazer ou reuniões de amigos e familiares.

Aglomerado que aglutinou no geral pessoas de baixa renda, ligadas ao mercado informal, marcadas pela instabilidade, pela precarização e baixa remuneração “se agente não se mexer morre de fome”, “se comercio e as fábricas daqui, como as madeireiras, não querem empregar as pessoas do lugar temos que nos virar com o trabalho esporádicos e as virações (venda de material reciclável)”. Tendência preponderante nas últimas décadas que vem acentuado o subemprego e desemprego e, logo, a exclusão econômica, social e política das camadas mais pobres.

Os moradores convivendo com a terra, a fauna e a flora desenvolveram práticas econômicas sustentáveis compatíveis com a preservação do meio ambiente, além das atividades culturais, religiosos e sociais. Construíram relações com a localidade que conferiram características de comunidade tradicional (ribeirinha), uma vez que muitos vivem de atividades diretamente relacionadas com o rio e com as ilhas nele existentes. Atividades que constituem formas de sobrevivência dos moradores, como a pesca, a coleta de mariscos e caranguejos, além da navegação e da construção de barcos e outros instrumentos de pesca e conserto de canoas. “A gente pega os caranguejos no mangue aqui e vende na feira de Santa Rita. Se proibir aqui, a família não vai ter o que comer”, afirmou Severino. “Até as crianças pegam sururu e caranguejo para comerem, mesmo que digam que é carregado”. A pesca como atividades dos moradores, geralmente feita para consumo e para a venda do excedente, tem diminuído com o aumento da poluição, fazendo muitos homens buscarem trabalho na construção e no pequeno comercio (mercearia e fiteiro) e nos biscates, como venda de dimdim e de Cds e DVDs.

Para complementar a renda as famílias recebem benefícios dos Programas sociais do Governo Federal (bolsa família, BPC) e recebem o “pão e leite” do programa da pastoral que funciona na própria associação de moradores, tendo como responsável a Dona Maria Diogo (China). Falaram também que, na época da eleição, sempre aparece políticas oferecendo ajudas, como na eleição passada que um deputado e um vereador deram ajudas. Pediram o nome de unas vinte pessoas carentes e depois, chagaram num carro do Governo do Estado olhando a lista e chamando para distribuírem cheques no valor de cento e cinquenta reais, dizendo que depois da eleição o cheque família continuaria. Mas no aglomerado as ruas estão precariamente calçadas, possibilitando apenas o tráfego de

veículo de pequeno e médio porte. A mobilidade dos habitantes geralmente é feita a pé ou de transportes públicos, ônibus ou trem que passam próximo, considerados caros.

No aglomerado há água canalizada, energia elétrica e entrega de gás, coleta de lixo, mas não existe esgotamento sanitário por isso se observa esgotos a céu aberto, Também há uma Associação de Moradoras e um grupo de Pescadores e do patrimônio cultural brasileiro. Além de uma igreja Batista e uma Escola de Ensino fundamental, Padre João Félix, funcionando precariamente, pela manhã e tarde, da alfabetização a segunda série, com um total 53 alunos, com merenda escolar, e a noite com alfabetização de 30 adultos.

Os moradores utilizam os serviços que funcionam próximo: uma Unidade do Programa de Saúde da Família (PSF), uma creche Petrolina Maria de Jesus (programa Vida Criança), inaugurada em Dezembro de 1994, que atende 60 crianças 2 a 6 anos de 07 às 17 horas, constituída de cozinha, duas salas de aula, banheiro, sala de coordenação, área recreativa, dormitório e vestuários para 22 crianças e funcionários. E oferece quatro refeições e orientação aos pais sobre violência.

Sobre a moradia na localidade, a maior satisfação é por ser perto do centro e pela tranquilo, pois as pessoas classificam o local como simples, calmo e tranquilo "o melhor do mundo para viver", com pouca incidência de violência e baixo índice de violência e geralmente cometidos por pessoas de fora que procuram o local para se esconderem". mas a colocam que a ronda policial passar exploradicamente na comunidade.

Os moradores destacam que, como maior núcleo residencial do Centro histórico da cidade, o aglomerado merece atenção especial e urgente. Pois, os prédios residenciais e comerciais vêm passando por processo acentuado de depredação devido os moradores residentes sobreviverem de maneira precária, entre a pobreza, a exclusão, o abandono. Embora o meio ofereça um grande potencial para a pesca, o artesanato, a gastronomia típica, o turismo, de forma sustentável.

O vínculo com rio, patrimônio cultural importante da história da cidade, ajuda na sobrevivência e particularmente possibilitou a maior Festa da Imaculada Conceição, com novenários, missas e a procissão marinha, com apoio somente de ONGs. Esta sai da igreja São frei Pedro Gonçalves, Cidade Histórica, parte alta, desce com destino ao trapiche, no Porto do Capim, e embarca até a ilha da Santa. Também no local é celebrado as festas regionais de S. João e S. Pedro, com comidas, quadrilhas e forrós Pé de Serra. E através do programa social Ciranda, culturalmente a localidade é assistida por vários projetos

culturais de festas religiosas. Além destes lazeres os jovens participam de eventos na parte alta do Centro Histórico e nas áreas vizinhas. As crianças gostam de jogar futebol em campo improvisado no “Sítio da Nassau”.

As atividades do projeto iniciaram com visitas a localidade para conhecer melhor tanto os aspectos físicos quanto humanos, com uma exaustiva pesquisa: levantamento histórico e cadastral da ocupação da área para auxiliar na proposição de um zoneamento de uso e ocupação do solo e para identificação das áreas de interesse ambiental. Associadas a essas atividades foram desenvolvidas reuniões com a população local e com técnicos\instituições envolvidos e discussões com os planejadores das ações “de revitalização e de preservação da área, assim como de relocação de moradores em “situação de risco” e próximas das margens do rio Sanhauá.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto de Restauração e Revitalização, a Proposta de Remoção e a Resistência das Famílias do Local

Em 2007 tombamento do centro histórico de João Pessoa pelo IPHAN, desde meados dos anos 1980, no entanto, a região tornou-se foco de atenção de projetos de exploração turística e comercial. Esse interesse aprofundou-se depois. e, mais recentemente, pela existência do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC/Governo Federal/Prefeitura Municipal. Desde então, a comunidade tem vivido sob o risco de remoção, com o poder público alegando que “precisa devolver o Porto à cidade” e que para isso, seria necessário remover os moradores que seriam responsáveis, entre outras acusações, pela degradação ambiental da área. O argumento não se sustenta porque a vida cotidiana da população e suas relações com o rio/manguezais resultaram na preservação dos mesmos (que estavam destruídos/degradados por obras mal sucedidas durante a reforma do porto nos anos 1920) e também na coesão da vida comunitária. O Projeto de Restauração e Revitalização, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento, Centro Histórico (PACCH), do governo federal, dispunha de R\$ 1 bilhão para financiamento de revitalização em 44 cidades brasileiras que possuem Centro Histórico. Este previa a restauração e revitalização total da área onde nasceu a cidade, o Centro Histórico. Para a construção do ‘Complexo Porto do Capim’ preveu limpeza do Rio Sanhauá, construção de ‘Praça de Eventos Porto do Capim’, com capacidade para 60 mil pessoas, para realização das

festividades da capital que reuniriam público numeroso, como a programação do São João e da Festa das Neves. Além da construção de um píer para a chegada de barcos e da revitalização e reutilização de prédios históricos, tais como o ‘Conventinho’, o Hotel Globo, a antiga Alfândega, a ‘fábrica de gelo’ e a sede da Intendência. Nesses espaços a idéia era implantar museu da cidade, biblioteca pública e salas para realização de oficinas de arte e cultura.

Relativo aos aglomerados mais pobre, como o Porto do capim, o Projeto previa a remoção de 250 residências com localizações considerada de “área de risco”, nas margens do Rio Sanhauá, para novas residências, ora para local mais próximo ora para local distante, com projeto ‘Moradia Popular’. O estranhamento dos moradores foi em relação a retirada e remoção das famílias no local em que viviam há muitos anos, para local distante. Os moradores, alegando estarem nas imediações do Rio Sanhauá e próximo do Centro, “onde vão para todo canto a pé” e que muitos vivem do rio”. Alegam, pelo menos, “saírem para um lugar melhor e o mais próximo possível, respeitando as vizinhanças, com os quais mantiveram laços de amizade ao longo do tempo. Um lugar civilizado e com casas adequadas, pois o projeto original previa casas de 40 metros quadrados e no novo 60 metros quadrados. “Quero sair do mosquito, mas quero que Deus me abençoe, para eu ficar perto da minha vizinhança”, afirmou Maria da Penha”. Ela conta que, na década de 1970, a maior parte dos moradores do Porto do Capim trabalhava nas fábricas que funcionavam na área. “Meu pai trabalhava no curtume. Eu trabalhei na Saboaria de João Minervino. Trabalhava todo mundo aqui” (relatou a dona de casa). Outro problema apontado com relação ao projeto foi a falta de informação sobre as ações do projeto e de comunicação com os gestores.

A proposta dos moradores é que o projeto considere o conceito de desenvolvimento sustentável, a infraestrutura adequada e qualidade de vida dos moradores. Para tanto deve ser realizados estudos e/ou emissão dos laudos antropológico, arqueológico e ambiental necessários para projeto na área em questão. E que incorpore atividades de turismo comunitário dando sustentabilidade aos moradores.

Diante desta perspectiva os moradores se organizaram para reivindicarem alteração no projeto da prefeitura, de forma a considerar a participação dos moradores, a imperiosa necessidade de não desconstruir a estrutura da comunidade tradicional. Manter no local a maioria das habitações que não estão em área de risco e remover apenas as que se

encontram realmente em área de risco para locais próximos, garantindo infraestrutura e serviços, logo dignidade dos moradores como seres humanos e a qualidade de vida.

Para readaptação do projeto de restauração e “revitalização” do local onde se situa o aglomerado Porto do Capim, as reivindicações dos moradores são de levantamento socioeconômico e da realidade social dos antigos costumes e hábitos dos moradores, da diversidade do local, nos aspectos naturais, históricos e culturais e do potencial da localidade para comércio e serviços. Para acompanhamento das obras propõem formação de comissão, com participação direta de representantes legítimos dos moradores da localidade, além de especialistas e de entidades representativas dos poderes públicos comprometidos com a gestão compartilhada do espaço, comprometida com a história e o ambiente.

Nesse sentido se faz necessário a formação de comissão de garantia da realização de estudos e/ou emissão de laudos antropológico, arqueológico e ambiental considerando o desenvolvimento sustentável. Políticas embasadas na participação democrática e comprometidas com intervenções sustentáveis e na efetivação de direitos e garantia do bem estar das pessoas do local. De empreendedores de políticas urbanas e habitacionais voltadas para o bem coletivo e a socialização humana, além de moradias digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto deve romper com o modelo de modernização que engendrou as cidades dos países periféricos, de urbanização voltada a atender as instituições financeiras, a chamada “urbanização dispersa” que induz a produção de espaços urbanos em áreas distantes das cidades, observadas por Harvey (2008). Políticas de austeridade nos gastos sociais que espoliam e expulsam os cidadãos de suas casas, de seus locais de sobrevivência, adversa a preservação da natureza, a história e a cultura local. Disputadas por grupos de especuladores imobiliários e comerciantes locais.

Pois, na realidade Projeto para transformar o centro Histórico de João Pessoa em núcleo turístico da cidade deve ser planejado e executado por técnicos especializados na criação de infra-estrutura necessária ao turismo histórico-cultural e ao ecoturismo. E para atender a vocação do espaço para habitação, comércio, turismo e eventos que valorizem o patrimônio natural, histórico e arquitetônico respeitando as atividades culturais locais,

particularmente relacionada ao rio, o antigo porto, ao Varadouro, a existência humana, aos habitantes ribeirinhos, nas suas atividades específicas nas margens do rio.

No Centro Histórico, no mangue do estuário do rio, a transformação das áreas do rio Paraíba em parque ecológico, deve utilizar trecho remanescente da área para atividades didáticas, de pesquisa e de lazer competitivo, mas considerando a geração de emprego e renda através da capacitação e profissionalização de mão-de-obra local voltada para a restauração e preservação de patrimônio. Com Oficina Escola, com calendário de Cursos de capacitação para jovens e adultos da comunidade. Com formação de restauradores e recuperadores de acervo cultural, além de eletricitas, pedreiros, pintores, jardineiros, para a criação de emprego e renda.

Os moradores dizem acreditar no Projeto da revitalização, Novo projeto adequado aos tempos atuais de experiência de gestão compartilhada, formada por entidades representativas dos moradores e poderes públicos, com criação de Comissão para discussão de novo projeto com participação direta de representantes legítimos (moradores) da Comunidade mas “sem desacomodar eles de seu lugar, “levando não sei nem pra onde”. Considerando a imperiosa estrutura de comunidade tradicional, mantendo as habitações que não estão em área de risco e removendo as que se encontram em área de risco para locais próximos e em condições de dignidade humana, priorizando a melhoria das condições de saúde, de educação, ampliando o acesso aos programas sociais dos moradores. Pois, os moradores da localidade e suas famílias não podem ser excluídos das ações de grande importância econômica e cultural nessa localidade do centro, pois “desejam sair apenas quando forem para o semitério” (Idosa moradora).

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, CLÁDIA DE MEDEIROS. Sistema construtivo para construção habitacional em lugares escalas. São Paulo, FAUUSP (Livro). 1984.

CABALLERO, ARACELI. Um triângulo muy viciado: consumo, pobreza, y deterioro ambiental. Manos Unidas, Madrd, (libro). 1997.

DIAZ, CARLO. **Hacia La Humanidad Nueva**. Conjería de Educación y Cultura de la junta de castilla Y León, Ayuntamiento de Valladolid, 1996. Massena, Rosa M. R. **O Tema habitacional. na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD)**. (Texto para discusão nº. 895 Brasília: Publicações PEA. 2002.

HARVEY, DAVID. O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: Harvey, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, (livro). 2006.

HARVEY, DAVID. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, (livro). 2008.

RIBEIRO, LUIZ CESAR DE QUEIROZ. **Dos Cortiços aos condomínios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (livro). 1997.

SANTOS, CLÁUDIO H.M; CRUZ, BRUNO O. **A Dinâmica dos mercados habitacionais Metropolitanos: aspectos Teóricos e uma aplicação para a grande São Paulo**. (Texto para discussão n°. 713), Brasília: Publicações PEA. 2000.

TASCHENER, SUSANA P. **Habitação da pobreza: alternativa de moradia popular em São Paulo**:FAUUSP,1982.